



## Espaço Vital

Marco Antonio Birnfeld

123@espacovital.com.br



## Desfecho histórico em processo judicial garante avanços na saúde

Em processo judicial complexo – conduzido pelo escritório Lamachia Advogados – foi realizada a maior mediação no âmbito do TJ-RS, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A banca advocatícia foi contratada pela Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do RS e também pela Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fehosul).

Os advogados atuaram em defesa de 17 hospitais-referências do Estado, em ação judicial contra o IPE Saúde. Primeiro objetivo: ver declarada a nulidade de instruções normativas publicadas pela autarquia em 2024. As normas acarretavam prejuízos imensuráveis aos prestadores de serviços e a inversão da obrigação de custeio.

No processo, iniciado em 28 de março de 2024, realizou-se depois o procedimento de mediação pelo Cejusc, ao longo de 13 meses em 2024 e 2025. Foram 70 sessões individuais e 200 horas de trabalho e várias oportunidades de entendimentos entre os mediandos.

## Saudade de 2010

Entre 2010 e 2025, os preços no Brasil avançaram mais de 140%. Realidade: quem há 15 anos ganhava R\$ 5 mil precisará de R\$ 12,4 mil neste setembro, para manter o padrão. Como a maioria continua recebendo valores próximos aos de 2010, a sensação de confor-

A ação judicial concluiu, afinal, a maior mediação já realizada pelo TJ-RS. E foi decisiva para assegurar um marco que reforça o compromisso das instituições hospitalares com a efetividade da assistência prestada aos beneficiários do IPE Saúde.

A homologação do acordo foi realizada em solenidade na sede do TJ-RS no dia 9 de setembro, presentes autoridades dos três Poderes. Entre essas, a secretária Danielle Calazans, de Planejamento, Governança e Gestão; o procurador-Geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa; a coordenadora do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJ-RS (Nupemec), desembargadora Vanderlei Teresinha Kubiack; a coordenadora do Cejusc, juíza Josiane Caleffi Estivalet; as mediadoras Carla Zir Delgado, Luciana Severo e Evelyn Froemming, representantes de entidades hospitalares. E, em especial, o diretor-geral da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Julio Matos. Também dirigentes do IPE Saúde, sindicatos, Ministério Público e sociedade civil.

to financeiro virou endividamento, cortes de consumo e improvisos no orçamento.

Desde 1994, o real perdeu 87% do seu valor de compra. Em termos práticos, R\$ 100 daquela época equivalem a pouco mais de R\$ 12,50 nesta pré-primavera de 2025.

No ato foi destacado que “o momento é de celebração”. Com o desfecho positivo do processo judicial – que possibilitou a realização do acordo – foi construída uma base de cooperação a favor das entidades hospitalares e dos beneficiários do IPE Saúde. Acredita-se que a sociedade rio-grandense é a grande beneficiada.

Participaram do ato os advogados Claudio Lamachia, Mariana Galvan Denardi e Diego Wallauer, representando a Lamachia Advogados. Os profissionais estiveram à frente do processo e das negociações que culminaram na concretização do importante resultado.

O Espaço Vital pediu ao titular do escritório uma frase que sintetizasse sua satisfação: “Foram momentos de muito simbolismo, tanto pela importância do processo judicial, como da relevância da causa que representávamos, mas também pelo sucesso produzido com a mediação alcançada, o que representou um marco para a saúde no Rio Grande do Sul” – disse ele. (Processo nº 5071961-14.2024.8.21.0001).

O impacto sobre a classe média é devastador. Esse grupo, que tradicionalmente sustenta o consumo e a arrecadação, agora reduz gastos em alimentação, saúde privada e lazer. E só entre 2017 e 2022, a chamada classe C viu sua renda disponível encolher cerca de 10%.

## Escudos de impunidade

A Câmara Federal escreveu, na terça-feira (16), uma página vergonhosa de sua história, ao aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2021, a chamada “PEC da Blindagem”. Por meio dela, deputados e senadores praticamente podem tornar-se inimputáveis, ao impedir que eles sejam investigados, processados e até presos em flagrante por crime inafiançável – sem que haja prévia licença de suas respectivas Casas Legislativas...

A Câmara deu o deplorável primeiro passo coletivo para transformar mandatos em escudos de impunidade. A conjunção violenta a Constituição e trai a representação popular. Também abre as portas do Congresso para o crime organizado.

O texto original foi apresentado em 2021 pelo deputado federal Celso Sabino, agora licenciado. Naquela época, ele integrava a bancada do PSDB e hoje é filiado ao União Brasil. É o atual ministro do Turismo.

Outros 185 deputados assinaram a proposta. Nela, o advogado proponente Sabino escreveu que a medida “fortalece” o Estado Democrático de Direito. A justificativa (?) contém mais duas frases perolares: “Não exercerá em plenitude suas funções, o membro do Poder Legislativo que se ache tolhido pelo temor de quaisquer consequências nefastas advindas de sua atividade parlamentar. E sem um Poder Legislativo independente não há falar em Estado Democrático de Direito”.

## “Falha” em licitação milionária

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou uma falha de transparência em uma licitação de R\$ 570 milhões do Ministério da Saúde para a compra, em 2024, de 74,6 milhões de canetas de insulina da GlobalX. Esta é a representante da fabricante chinesa Zhuhai. Na quarta-feira (17), o TCU decidiu alertar o

ministério para que o episódio não se repita... (risos).

Os ministros consideraram que a falha, na decisão de assinar o contrato em dólar, foi pontual e... não haverá punição. Essa diferença teria favorecido a empresa internacional por causa da alta da moeda americana no período.

## Impeachments no STF?

A Associação dos Magistrados Brasileiros ajuizou, esta semana, no Supremo, uma ação distribuída ao ministro Gilmar Mendes, para discutir a validade de dispositivos da lei de crime de responsabilidade (Lei nº 1.079/50), que tratam do impeachment de ministros da Corte. A entidade sustenta que a regra que permite a instauração do processo e

o afastamento preventivo por maioria simples do Senado não foi recepcionada pela Constituição de 1988.

Conforme dados oficiais do Senado, entre 2021 e 2025 foram protocolados 57 pedidos de impeachment contra ministros do STF. O ano de 2021 teve o maior número de petições nesse filão: 23 registros. (ADPF nº 1260).

## Direito à amamentação

Uma técnica de enfermagem que teve negado o intervalo para amamentação do seu bebê receberá reparação por dano moral de R\$ 30 mil. A condenação alcança sua ex-empregadora, a Assistcare Serviços de Saúde Ltda. A decisão é da 8ª Turma do TRT-RS. A trabalhadora também fará jus aos valores correspondentes aos dois intervalos de meia-hora, não concedidos diariamente. Estes devem ser acrescidos de um adicional de 50% desde o retorno ao trabalho, após o parto, até a data em que o bebê completou seis meses de idade.

“A circunstância da não con-

cessão do intervalo para a amamentação é capaz de gerar dano de ordem extrapatrimonial na medida em que frustra direito da criança em ser nutrida com leite materno e o da empregada de fruir desse momento de conexão com o seu filho” – já tinha avaliado a sentença.

A CLT prevê, no artigo 396, que a mulher tem direito a dois descansos especiais, de meia hora cada um, para amamentar seu filho, até que este complete seis meses de idade. O direito é extensivo às mães adotantes. (Processo nº 0020380-02.2023.5.04.0002).